

O CORPO COMO ARQUIVO — TENSIONANDO QUESTÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA TRANS

Juno Nedel¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Apesar dos inúmeros registros de variações de gênero em diversas culturas ao longo da história e de uma intensa produção científica sobre o assunto desde meados do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, por que a transgeneridade é entendida como um tema que apenas agora alcançou a atenção midiática e o interesse da população? Neste artigo, busca-se discutir questões teórico-metodológicas envolvendo história e memória, especificamente no que se refere a arquivos, fontes documentais e testemunhos de pessoas trans. A partir das reflexões sobre a normatividade cisgênera e arquivos do corpo, analisa-se o corpo-arquivo trans como um lugar de embate e resistência, intimamente vinculado às relações de poder e às disputas pela história e memória de uma comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transgeneridade. História. Memória. Arquivo. Corpo.

BODY AS AN ARCHIVE — TENSIONING QUESTIONS ABOUT TRANS HISTORY AND MEMORY

ABSTRACT: *Despite countless records of gender variations in many cultures throughout history and intense scientific production on the matter of transgenerity from the mid-twentieth century, especially in Europe and United States, why has transgenerity been understood as a subject that has barely reached the attention of the media and the interest of the population? This article seeks to discuss theoretical and methodological issues involving history and memory, relating specifically to archives, documental sources and testimonies of trans people. Based on reflections about cismativity and archives of the body, it analyzes trans-archival body as a place of querrel and resistance, closely linked to the power relations and disputes over the history and memory of a community.*

KEYWORDS: *Transgenerity. History. Memory. Archive. Body.*

¹ Juno Nedel é mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História (PPGH) e ao Laboratório de Estudos de Gênero em História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientado pelo Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Também é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Travestilidade, Transgeneridade e Transexualidade (NeTrans/UFSC/CNPq). É formado em Jornalismo pela UFSC. E-mail: junonedel@gmail.com. Telefone: (48) 99923-5026. Site pessoal: <https://junonedel.com>.

O CORPO COMO ARQUIVO: TENSIONANDO QUESTÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA TRANS

Seria inapropriado afirmar que pessoas transgêneras e gênero-diversas foram completamente apagadas da história. Há inúmeros registros de diversidades de gênero em sociedades pré-coloniais e pós-coloniais, como as hijira, na Índia, ou as pessoas dos povos nativos norte-americanos que foram chamadas de *mujerados* e *two-spirit* pelos colonizadores da América².

Também houve uma intensa produção científica sobre pessoas trans ao longo do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos³. O artigo de David Cauldwell, *Psychopathia Transsexualis*⁴, que utilizou o termo “transsexual” pela primeira vez, em 1949, já introduzia a transexualidade como um fenômeno cada vez mais comum, com centenas de casos conhecidos no meio científico.

Apesar de todos esses vestígios históricos, por que a transgeneridade é entendida como um tema que só agora alcançou a atenção midiática e o interesse da população? Por que o discurso que define a transgeneridade como “um fenômeno novo e indocumentado” é constantemente reelaborado, posicionando as pessoas trans em um tempo que nunca é o passado? De que forma os apagamentos, silenciamentos e esquecimentos que atravessam a história da comunidade trans dificultam a aceitação das pessoas transgêneras como sujeitos sociais legítimos no Brasil da atualidade? E não é curioso que estes discursos também encontrem eco dentro da história, uma disciplina comprometida justamente com os limites críticos da *representância* da verdade na narrativa histórica⁵?

O presente artigo se dedica a estas questões. Ele consiste em um excerto de minha dissertação, resultado de dois anos de pesquisa em que estive vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História (PPGH), ao Laboratório de Estudos de Gênero em História (LEGH) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Travestilidade, Transgeneridade e Transexualidade (NeTrans/CNPq) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em meu projeto de pesquisa de mestrado, busquei investigar o paradigma de patologização das identidades trans, que se consolidou na década de 1950, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transsexual” na literatura científica.

2 STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

3 BEEMYN, Genny. *A Presence in the Past: A Transgender Historiography*. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013. CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transsexual” (1910-1995)*. *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.

4 CAULDWELL, David O. “*Psychopathia Transsexualis*.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

5 Paul Ricoeur mobiliza o conceito de representância em sua análise sobre a realidade do passado histórico. Para ele, este não é tanto um problema epistemológico, mas sim um tema próximo a uma ontologia da existência histórica (a condição histórica). Em suas palavras, “(...) “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que chamamos em outro momento de intenção ou intencionalidade histórica: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos”. Ver mais em RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p. 359.

Contudo, ao longo deste processo de pesquisa, acabei me deparando com alguns obstáculos teórico-metodológicos ao investigar a transgeneridade a partir de seus rastros documentais. E foi a partir deste trabalho com os arquivos e da experiência particular de me ver de fora dos documentos — e, muitas vezes, da própria historiografia, na condição de pesquisador trans — que elaborei as perguntas postas acima.

Neste artigo, busca-se discutir questões teórico-práticas envolvendo história e memória, especificamente no que se refere a arquivos, fontes documentais e testemunhos de pessoas trans. A partir das reflexões sobre a normatividade cisgênera⁶ e arquivos do corpo⁷, analisa-se o corpo-arquivo trans como um lugar de embate e resistência, intimamente vinculado às relações de poder e às disputas pela história e memória de uma comunidade.

Este artigo é dividido em três partes. Em um primeiro momento, exponho algumas considerações sobre a elaboração de uma historiografia comprometida eticamente com a vida de pessoas trans. Na sequência, dedico-me a destrinchar as distinções teórico-políticas entre cis e trans, argumentando sobre a importância epistêmica de utilizarmos “cisgênero” como categoria de análise. Por fim, voltarei meu olhar para os pressupostos historiográficos que eu gostaria de dismantelar; 1 – A ideia de que a transgeneridade é um fenômeno novo, que só alcançou a atenção midiática e o entendimento do público de maneira geral com a chegada do século XXI; 2 – A visão de que a ausência de pesquisas históricas sobre transgeneridade deve-se à inexistência de fontes primárias ou secundárias sobre o assunto, ou mesmo que, se essas fontes existem, são de volume irrisório.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA TRANS

Talvez o principal desafio de elaborar uma pesquisa histórica que dialogue com a transgeneridade consista no caráter contemporâneo, polissêmico e culturalmente específico do termo *transgênero*. É fato que a palavra *transgênero* suscita dúvidas, reações cautelosas, opiniões acaloradas e mesmo críticas por parte daqueles que não entendem a sua relevância, fazendo com que este tema seja constantemente relegado ao conjunto dos assuntos polêmicos e intratáveis. Falar sobre transgeneridade, no momento presente desta pesquisa, é arriscar-se ao descrédito e ao desdém; é expor-se ao perigo de ser titulado como ideólogo e baderneiro. Gostaria de começar este texto reiterando que sim, podemos falar sobre a transgeneridade de uma perspectiva histórica. E sim, estou ciente dos riscos que isso implica.

6 VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

7 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.

O interesse científico pelo tema da transgeneridade⁸ não é recente e remonta ao século XIX, na Europa em particular. Este interesse pode ser situado no núcleo de uma explosão discursiva sobre a sexualidade que, tal como analisado por Michel Foucault, ocorreu a partir do século XVIII, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo na sociedade ocidental europeia. Pode-se dizer que a entrada da vida na história está intimamente ligada com a emergência do capitalismo⁹.

Nesse contexto vimos surgir o biopoder, uma variedade de poder que tomou a vida como elemento essencial de produção e como sua principal fonte de valor¹⁰. Em outras palavras, trata-se de um espectro de iniciativas relativamente organizadas para intervir na vitalidade humana, incluindo nisto nascimento, desenvolvimento, adoecimento e morte¹¹. A vida mesma foi convertida em capital. Se antes as dimensões vitais pertenciam ao campo do pessoal e do privado, a partir do século XVIII e particularmente no século XX elas foram tomadas de assalto: sexo, genes, membros corporais, afetividade, psiquismo e até mesmo a imaginação foram invadidos, violados e colonizados pela disputa biopolítica¹².

Mas o biopoder não substituiu completamente os dispositivos do poder soberano; do contrário, o problema político fundamental da modernidade está calcado em uma multiplicidade de forças que reagem entre si, articulam-se e distribuem-se sob a aliança entre governo, população e economia política¹³. Assim, o biopoder atravessa ao menos três âmbitos distintos: 1 – a produção de saber sobre os processos vitais humanos; 2 – as relações de poder que tomam os seres humanos como objeto; 3 – os modos de subjetivação de si¹⁴.

O sexo, para Foucault, é o centro da disputa biopolítica. E como consequência da proliferação de dispositivos de saber-poder biopolítico, multiplicaram-se também as disciplinas e categorias sobre a sexualidade, bem como emergiram novas identidades sexuais e houve uma implantação numerosa das “perversões” no âmbito médico-científico. Este impulso científico de analisar, categorizar e também produzir distinção entre os sexos atingiu o seu ápice na década de 1950, quando as vidas de pessoas trans

8 Aqui, utilizo retroativamente o conceito de transgeneridade, tendo em vista que este só foi proposto em 1990. Ao final do século XIX, utilizavam-se frequentemente — e de maneira intercambiável — os conceitos de “inversão sexual” e “hermafroditismo”; a partir dos anos 1950, o termo “transexual” se torna mais comum. Explicarei o uso do conceito “transgeneridade” adiante.

9 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.132 – 133.

10 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

11 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999

12 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

13 LAZZARATO, Maurizio. *Del biopoder a la biopolítica*. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

14 RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. *Biopower Today*. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.

foram foco de diversos estudos¹⁵ do campo da psicanálise, sexologia e endocrinologia, principalmente na Inglaterra, França, Alemanha e nos Estados Unidos.

As ciências nascentes, que Foucault chamou de *Scientia Sexualis*¹⁶, buscavam encontrar a suposta verdade sobre o sexo, tendo a confissão como método-chave. Em todos os cenários confessionais — incluindo instâncias médicas, jurídicas, pedagógicas, familiares — quem fala produz uma narrativa sobre a sexualidade que é interpretada por uma figura de autoridade. Neste contexto, o poder circulava pela produção de saber sobre o sexo com uma configuração específica: as figuras de autoridade nessas instituições eram, de maneira geral, especialistas homens, cisgêneros e brancos. Esta aliança médico-legal gerou ficções reguladoras de sexo e gênero muito específicas, sendo elas próprias de significado multiplamente contestado dentro de seu campo¹⁷. Uma dessas ficções reguladoras foi o dimorfismo sexual: ou seja, a ideia de que a espécie humana apresenta apenas dois sexos bem definidos e características físicas não-sexuais marcadamente diferentes.

Desde o final do século XIX até meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno que hoje se entende por transgeneridade foi interpretado por parcela da comunidade médico-científica como um desvio patológico das normas sociais saudáveis de expressão de gênero. Materializada no trabalho de autores clássicos como Kraftt-Ebbing (1892)¹⁸, Havelock Ellis (1936)¹⁹ e David Cauldwell (1949)²⁰, esta perspectiva foi então incorporada no Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS, em 1980 e 1990 respectivamente. Em ambos os casos, a transexualidade foi classificada como transtorno de identidade de gênero, uma variante de transtorno mental e de comportamento. Daqui em diante, chamarei de “paradigma patologizante” esta tendência biomédica-científica de enquadrar a transgeneridade como patologia ou como um transtorno de identidade psíquico.

A inclusão da transgeneridade como doença nos manuais diagnósticos até 2019 legitimou uma série de práticas médico-psiquiátricas com a finalidade de corrigir, disciplinar e medicalizar pessoas trans. Como consta na base de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), os transtornos específicos da personalidade (F60-F69) da CID 10:

(...) representam modalidades de comportamento profundamente enraizadas e duradouras, que se manifestam sob a forma de **reações inflexíveis** a situações pessoais e sociais de natureza muito variada. Eles representam **desvios extremos** ou

15 Alguns dos nomes mais conhecidos são Harry Benjamin, David Cauldwell e John Money. Trabalharei parte destas publicações ao longo de minha pesquisa.

16 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

17 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58

18 KRAFFT-EBING, Richard Von. *Psychopathia Sexualis*. Paris. G. Carré, 1895.

19 ELLIS, Havelock. *L'inversion sexuelle*. Mercure de France, 1909.

20 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

significativos das percepções, dos pensamentos, das sensações e particularmente das relações com os outros **em relação àquelas de um indivíduo médio** de uma dada cultura. Tais tipos de comportamento são geralmente estáveis e englobam múltiplos domínios do comportamento e do funcionamento psicológico. Frequentemente estão associados a sofrimento subjetivo e a **comprometimento de intensidade variável do desempenho social**. (DATASUS²¹, 2008. Grifo do autor)

Trata-se, portanto, de uma perspectiva largamente contestada que posiciona a transgeneridade como uma reação inflexível, um desvio extremo de personalidade em relação ao que se espera de um indivíduo médio na cultura brasileira, associando este fenômeno ao comprometimento do desempenho social.

Não por acaso, na nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que deve entrar em vigor até 1º de janeiro de 2022, a Organização Mundial da Saúde retirou a transexualidade da seção de transtornos de personalidade e a posicionou no capítulo dedicado à saúde sexual. Esta virada representa uma mudança de paradigma médico-científico, na medida em que a transgeneridade deixou de ser entendida como patologia. Nas palavras da coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisas da OMS, Lale Say, a mudança ocorreu porque a agência de saúde da ONU teve um “melhor entendimento de que isto [a transgeneridade] não é realmente um problema de saúde mental”. Para ela, a reclassificação deve reduzir o estigma sobre pessoas trans, ao mesmo tempo em que garante o acesso às intervenções de saúde necessárias²².

Por entender a historicidade do discurso patologizante e seus impactos nas vidas de pessoas trans e gênero-diversas, este artigo rejeita veementemente o paradigma patologizante da transgeneridade. Também rejeita a visão muitas vezes combinada à patologização que enquadra a transgeneridade como um marcador de degeneração moral. E rejeita, acima de tudo, a concepção supostamente fundada em argumentos biológicos, que entende a transgeneridade como um desvio da verdadeira natureza humana e o sexo como uma verdade marcada no corpo, particularmente no órgão genital.

Penso que esta é a condição fundamental de uma historiografia que pretenda ter um comprometimento ético, político e epistêmico com a vida de pessoas trans: é necessário situar historicamente os discursos sobre a transgeneridade, analisar de que forma eles engendraram saberes-poderes e entender quais foram as suas condições de aparecimento.

Além de tudo, é fundamental que haja um rompimento crítico com a dualidade sujeito-objeto²³, que reiteradamente atribui às pessoas trans e gênero-diversas a condição de objetos de análise, negando-nos o status de sujeitos com agência para produzir nossas próprias epistemologias e modos de vida. Na

21 Disponível em http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f60_f69.htm, acessado em 29/07/2019.

22 Retirado de <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>, em 29/07/2019.

23 ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987. p.80

tentativa de suprir esta lacuna teórica e existencial, tomei emprestadas referências da nascente epistemologia trans e do campo de estudos transgêneros.

A origem do que hoje se entende como o campo de estudos transgêneros, ou *transgender studies*, remonta aos anos 1990. Trata-se de um campo socialmente comprometido e interdisciplinar, entremeadado com contribuições das humanidades, ciências sociais, psicologia, ciências da natureza e artes. Seu escopo inclui qualquer tema que perturbe, desnaturalize, rearticule e torne visível os vínculos normativos que geralmente assumimos que existem entre sexo binário e as expectativas sociais atribuídas a determinados tipos de corpo e gênero²⁴. Em outras palavras, para além de dedicar-se apenas ao estudo da transgeneridade, este campo também abarca análises sobre todos aqueles mecanismos culturais que sustentam ou frustram possibilidades específicas de ser.

A emergência deste campo disciplinar, sobretudo nos Estados Unidos, esteve intimamente relacionada com um comprometimento crítico diante das pesquisas biomédicas e conectada com as contribuições das teorias feministas, estudos gays-lésbicos, teoria queer e estudos subalternos. Muitas vezes, esta relação com outros campos de estudo foi permeada por tensão e discordância. Um exemplo disso são as críticas²⁵ direcionadas à teoria da performatividade de gênero²⁶ de Judith Butler, que, ao entender o gênero não como um senso de identidade interno, mas como um efeito construído performativamente, por vezes esvazia ou mesmo ignora a materialidade das práticas e das marcas de inscrição do gênero no corpo de pessoas trans.

No Brasil, entretanto, esta é uma área de estudos incipiente, bastante tida como identitarista e de pouca relevância, em particular no campo da história. Como já apontou Blas Radi, filósofo trans argentino, as áreas e projetos acadêmicos dedicados aos estudos de gênero e sexualidade, de modo geral, são talvez os mais relutantes — ou mesmo hostis — às contribuições dos estudos trans. Em diversos casos, a “teoria queer” funciona como um rótulo que, de um lado, garante a inclusão de pessoas trans na condição de objetos de análise e, de outro, dificulta a participação dessas pessoas nestes mesmos espaços acadêmicos²⁷.

24 STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.3. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013, p.1-3. RADI, Blas. *On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges*. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.

25 Jay Prosser comenta: “O que é deixado de lado sobre a transgeneridade na leitura queer sobre performatividade de gênero subversiva é o valor do tema que mais frequentemente preocupa a pessoa transexual: a narrativa de se tornar um ‘homem biológico’ ou uma ‘mulher biológica’ (ao contrário de aparentar performativamente ser um/uma) — resumindo, a materialidade do corpo sexuado” Retirado e traduzido de “Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex” in: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. Pp. 257-281 New York: Routledge. 2006.

26 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

27 RADI, Blas. *On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges*. In: *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.44

As razões para a falta de circularidade deste tema dentro da disciplina da história são diversas e, ainda que esta fosse a minha pretensão, seria impossível esgotá-las neste momento. Mas é preciso ressaltar o estigma social e os obstáculos materiais que há muito tempo dificultam o acesso das pessoas trans aos espaços formais de ensino e do mercado de trabalho, culminando em sua marginalização social no Brasil²⁸. Pessoas trans e gênero-diversas, assim como pessoas negras, indígenas, imigrantes, portadoras de deficiência e outras minorias sociais, são pressionadas a investir parte de sua energia e de seu tempo — que poderia ser dedicado aos estudos e ao trabalho acadêmico — em tornar suas instituições habitáveis para si e para sua comunidade²⁹.

Com isso, não pretendo afirmar simplesmente que a ausência de pessoas trans em espaços acadêmicos é a principal razão para a falta de interesse neste objeto de estudo, pois isso implicaria 1 – uma ontologização das diferenças, pressupondo que o conhecimento produzido por pessoas trans será sempre necessariamente contra-hegemônico; 2 – uma desconsideração do conjunto de pesquisas produzido por intelectuais cisgêneros no Brasil e fora dele, tendo a transgeneridade como objeto de estudo a partir de outras disciplinas³⁰.

O que eu gostaria de apontar é que o monopólio das narrativas trans por parte das pessoas cisgêneras, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, configura uma injustiça epistêmica³¹ que nos obstrui o lugar de agentes de nossas próprias ficções. Em outras palavras, é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Os estudos sobre transgeneridade, aliás, devem fazer parte de um processo mais abrangente de redistribuição financeira, cultural e intelectual de recursos para uma população que, como se verifica estatisticamente³², é privada deles na atualidade.

1.2 TRANSGÊNERO: UM TERMO POLISSÊMICO

O primeiro uso da palavra *transgênero* é geralmente atribuído a Virginia Prince, ativista pelos direitos à liberdade de expressão de gênero nos Estados Unidos, ao final da década de 1980. *Trans* é um

28 BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem. [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. LOURO, G. L. Pedagogia da Sexualidade. In: Louro, G. L. O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009

29 AHMED, Sara. Selfcare as warfare. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.

30 Notadamente os trabalhos de Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, Mara Lago, Jorge Leite Júnior, Pierre-Henri Castel, Bento Manoel de Jesús, Manoel Rufino David de Oliveira, para citar alguns.

31 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. Episteme: A Journal of Social Epistemology, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

32 De acordo com relatório da ANTRA, 90% da população de trans, travestis e transexuais entrevistadas utilizavam a prostituição como fonte de renda e subsistência. Devido à baixa escolaridade e à exclusão escolar/familiar, as pessoas trans encontram pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho formal. O dossiê completo está disponível aqui: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acessado em 14/08/2019.

prefixo de origem grega que significa *além de, através e do outro lado*; portanto, o significado de *trans + gênero* pode ser entendido etimologicamente como “do outro lado do gênero”.

Prince utilizou essa palavra para descrever pessoas que, bem como ela, não se enquadravam no sexo que lhes foi atribuído ao nascer. A pessoa transgênera, na concepção de Prince, era aquela que mudava a sua expressão de gênero³³ ao longo da vida sem necessariamente recorrer às cirurgias de redesignação sexual ou modificação corporal³⁴.

Com isso, Virginia Prince ofereceu uma alternativa às definições vigentes de travesti — um termo cunhado por Magnus Hirschfeld em 1910 — e transexual — palavra sugerida por David Cauldwell em 1949 —, ambos vocábulos com forte herança das análises biomédicas patologizantes, a partir do século XVIII, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos. Por esta razão, ainda que as palavras *travesti*, *transexual* e *transgênero* sejam tratadas frequentemente como sinônimos intercambiáveis, na prática elas possuem heranças históricas e sentidos muito diferentes entre si.

No momento presente desta pesquisa, transgênero é um termo abrangente que engloba todas as pessoas cuja identidade e/ou expressão de gênero seja diferente daquela que lhe foi atribuída ao nascer³⁵. As pessoas dentro dessa categoria podem descrever suas identidades com uma miríade de palavras distintas. Podemos incluir nela, por exemplo, travestis, transexuais, pessoas não-binárias e de gênero fluido. Em algumas interpretações, o termo transgênero também pode abranger as identidades performáticas de Drag Kings e Drag Queens³⁶. Na condição de conceito abrangente, transgênero é frequentemente abreviado para *trans**, em que o asterisco representa a multiplicidade de identidades de gênero contidas neste acrônimo.

Existem pessoas trans que se afastam do gênero determinado ao nascer porque sentem fortemente que pertencem a outro gênero específico (masculino/feminino). Há pessoas trans que sentem que não pertencem ao binário homem/mulher, expressando seu gênero de outras maneiras. Também há pessoas que apenas não concordam ou se sentem confortáveis com as normas sociais que delimitam como alguém de determinado sexo deveria agir. De qualquer forma, assumir-se trans consiste em um movimento desde um ponto de partida não escolhido — o sexo atribuído ao nascer — através de uma fronteira imposta socialmente — as normas binárias de gênero, no caso da sociedade ocidental capitalista contemporânea.

33 O conceito de expressão de gênero, aqui, refere-se à forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais atribuídas a um determinado sexo. Retirado de: “JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.24”

34 STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.4

35 JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.7-8. “GLAAD Media Reference Guide”, 2019. Disponível em: <http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>. Acessado em 05/06/2019. STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.28

36 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

Em todos esses casos, constituir-se como trans não implica necessariamente um desconforto físico ou desejo de passar por modificações corporais. É bastante comum a concepção de que a pessoa trans é aquela que “nasceu em um corpo errado” e se sente desconfortável com o seu próprio aspecto físico. Trata-se de uma abordagem equivocada que ignora o fato de que o problema não está no corpo, mas nos dispositivos de saber-poder que regulam, disciplinam e produzem tipos de corpos desejáveis e corpos monstruosos, justificando sua diferença como um fator biológico, atemporal e inquestionável.

Essa concepção nos revela, em primeiro lugar, o pressuposto relativamente difundido de que existe um tipo de “corpo certo” e, ainda, que sentir-se desconfortável com seu próprio corpo e/ou realizar modificações corporais é uma exclusividade da experiência trans. Com isso, não pretendo negar que modificações corporais sejam um componente relevante na história das vidas trans, mas reitero que realizar ou não terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual deve ser visto mais como uma questão de escolha pessoal do que como um fundamento ontológico das identidades trans.

No entanto, é preciso solucionar uma confusão bastante comum nas discussões sobre este tema, dentro e fora do ambiente acadêmico: quando falamos de pessoas trans e transgeneridade, não estamos falando apenas de um marcador identitário. Isso porque, ao reduzir o fenômeno da transgeneridade meramente a uma questão de dizer-se ou sentir-se trans, ignoram-se as violências que já se imprimem sobre os corpos antes mesmo que eles sejam reconhecidos ou se assumam como transgêneros.

Basta lembrar daquilo que Paul Preciado chamou de a primeira fragmentação do corpo, isto é, o momento da atribuição do sexo de uma pessoa na sociedade capitalista ocidental contemporânea. Quando a autoridade médica determina “é menino/menina”, essa afirmação não é uma descrição, mas uma prescrição: o nome próprio e o sexo atribuído ao nascer vão efetivar, ao longo da vida da pessoa recém-nascida, uma constante reiteração desse gênero performativo. Deseja-se desde o nascimento que uma menina/um menino vá agir de acordo com o que se espera de uma menina/um menino. Além de tudo, essa interpelação médica é próstética: produz corpos “de homem” e “de mulher”³⁷.

Dentro do ideal social, um corpo só ganha sentido na condição de corpo que possui sexo definido, necessariamente binário (macho/fêmea) e sem nenhuma ambiguidade. Dizendo de outra forma, os órgãos sexuais deixaram de ser compreendidos apenas como órgãos reprodutores e passaram a ser também órgãos *produtores* da coerência do corpo humano — isto é, são geradores da totalidade do corpo humano³⁸.

Entretanto, há muitas brechas nas tecnologias de produção de corpos cis-binários: o que fazemos com as pessoas que foram nomeadas meninos/meninas ao nascer, mas que, do contrário, se entendem como meninas/meninos? E o que fazemos com as pessoas que apenas não se enquadram nas

37 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.130

38 Ibidem. p.131

expectativas de gênero projetadas sobre elas, sejam elas homens ou mulheres? É possível que um órgão humano qualquer — digamos, uma língua ou uma orelha — justifique e dê coerência a uma série de expectativas e comportamentos tidos como socialmente legítimos para uma pessoa ao longo de sua vida? Então por que cremos que os órgãos genitais dão conta de atribuir coerência a toda uma narrativa biográfica?

Ao tensionar essas questões pretendi mostrar que, quando reduzimos a transgeneridade a uma questão identitária, estamos turvando nossas lentes de investigação para a materialidade das tecnologias de sexo e gênero na nossa sociedade. Proponho que analisemos a transgeneridade também como um marcador social de diferenças ligado a desigualdades materiais aferíveis economicamente.

Falar de transgeneridade é falar de classe, raça e etnia. Isso porque o binarismo de gênero está vinculado a modelos supremacistas que entendem determinados corpos como mais humanos do que outros³⁹. Porque o binarismo cisgênero, quando vinculado à branquitude — que é menos uma cor e mais um modo de perceber a si e organizar a vida⁴⁰ — é uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder dentro da sociedade brasileira. Porque assumir-se trans é assumir-se como um corpo que, à sua maneira, transgride o dispositivo binário de gênero (homem/mulher)⁴¹. Mais do que isso, ser nomeado e entendido como trans (ainda que você mesmo não se afirme como tal) é ser lido como um corpo que se desvia das normas oficiais de conduta de gênero na sociedade brasileira.

Na condição de corpos desviantes, as pessoas trans e gênero-diversas estão sujeitas a sofrer uma série de sanções sociais, expressas em dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; não-reconhecimento institucional de seus nomes e identidades de gênero; violência física e psicológica; fragilização de suas redes familiares e de afeto; espancamentos públicos; ausência de tratamento médico de qualidade; fetichização de seus corpos; espetacularização de suas mortes; naturalização da violência contra sua comunidade; desqualificação de suas experiências e perspectivas de mundo; genocídio; processos de exclusão e violência sistêmica, entre outros exemplos. Essas violências integram a vida diária de muitos corpos desviantes da norma, como sapatonas, bichas e outros desobedientes de gênero, especialmente as pessoas vindas de comunidades não-brancas e empobrecidas⁴².

Mais uma vez: a leitura social de um corpo como um corpo trans revela a condição sociopolítica e cultural específica das pessoas que se desviam de uma matriz de inteligibilidade de gênero. Nesta matriz, apenas tipos específicos de corpos são compreendidos como homens ou mulheres “de verdade”. Todas

39 JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p.6

40 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.10

41 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

42 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.09

as pessoas restantes que escapam a essa combinação são, assim, caracterizadas como cópias, falsidades, monstruosidades e perversões⁴³.

Posicionar-se ou ser lido como trans não é apenas uma questão de identidade, porque a transgeneridade, bem como as questões de classe, raça e etnia, está enredada em relações de poder que fundamentam desigualdades macroestruturais. Ao contrário do que se acredita, nossos corpos não são feitos de ilusão, porque sangram, respondem e guardam vestígios das tecnologias de gênero que se marcam diariamente na nossa carne desde o nascimento. As experiências de vida trans, portanto, têm materialidade.

1.3 CISGÊNERO: NOMEANDO O INVISÍVEL

Para falar de trans, precisaremos necessariamente falar de cis. *Cisgênero*, *cissexual* ou simplesmente *cis* são termos que foram cunhados pela comunidade trans no início dos anos 1990, e que desde então têm sido utilizados para definir as pessoas que se identificam unicamente com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer⁴⁴. Basicamente, cis é o contrário de trans.

Para a socióloga Leticia Lanz, cisgênera é:

(...) a pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital (macho ou fêmea). Indivíduos cisgêneros estão de acordo, e normalmente se sentem confortáveis, com os códigos de conduta (incluindo vestuário) e papéis sociais atribuídos ao gênero a que pertencem, ao contrário de indivíduos transgêneros que, de muitas e variadas formas, se sentem desajustados em relação aos rótulos de gênero que originalmente receberam ao nascer. (LANZ, 2016, p. 4)⁴⁵

O uso de cis como categoria de análise traz consigo diversos elementos de relevância para a pesquisa historiográfica. Em primeiro lugar, considerando o contexto de sua produção, o termo cis foi proposto pela comunidade trans com o objetivo de nomear um grupo de pessoas que geralmente nomeava outres — movimento que consiste em um discurso “de reação”⁴⁶ ou *talking back*⁴⁷, já que a transgeneridade começou a falar por ela mesma.

Em segundo lugar, o uso do conceito cis oferece uma mudança de paradigma em que as pessoas trans deixam de ser definidas em relação a uma normalidade cisgênera; do contrário, a transgeneridade se

43 BENTO, Bento; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: Revista Estudos Feministas, vol. 20, nº 2, p.569-581. Florianópolis, 2012. BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

44 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p.23

45 LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.3

46 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.96

47 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

torna o ponto de partida, o lugar de onde observamos a cisgeneridade e a nomeamos. A partir dos significantes⁴⁸ cis e trans, é possível mudar a perspectiva da maioria das publicações sobre transgeneridade, na qual se colocam as pessoas trans como o Outro que precisa ser explicado e entendido em sua condição que difere do normal⁴⁹.

Além disso, cis proporciona um alargamento de nossas concepções sobre gênero, tendo em vista que o mapa de sujeitos opressores e oprimidos não pode mais ser lido exclusivamente nos termos das experiências de homens e mulheres cis⁵⁰. E finalmente, o termo cis nos proporciona novas ferramentas de análise que possam dar conta de numerosas experiências coletivas que, até a sua criação, eram ininteligíveis. Privilégio cis e cissexismo⁵¹ são algumas delas. Em contrapartida, noções como patriarcado⁵², homofobia e heteronormatividade não conseguem situar precisamente as experiências trans em uma rede complexa de relações de poder⁵³.

Dizendo de outro modo, “cis” é uma condição que é principalmente política. Isso porque a pessoa que é percebida como cisgênera e que mantém seu sexo jurídico tal como foi designado ao nascer não tem sua identidade de gênero patologizada ou deslegitimada como “anormal”. As identidades cis foram frequentemente entendidas como “naturais” e “originais”, enquanto as identidades trans foram historicamente concebidas como “desviantes”, “patológicas”, “anormais”; nomear a experiência cis, portanto, possibilita a análise crítica dessas identidades e dos discursos que fabricaram a sua suposta naturalidade.

É verdade que há resistência em aceitar a cisgeneridade como uma categoria de análise legítima mesmo dentro de comunidades epistêmicas que fomentam discussões sobre gênero, como é o caso de diversas vertentes feministas. Um dos argumentos seria o de que, se gênero é puramente performativo

48 Aqui significante aparece tal qual compreendido por Jacques Lacan. Para Lacan, uma mesma palavra pode conter vários significados e nenhum deles estará necessariamente vinculado a ela em todas as situações — ou seja, há uma dissimetria entre significado e significante. O significado do significante é sempre situacional.

49 BAGAGLI, Bia. 2014. O que é cisgênero? Disponível em Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*: Disponível em: <goo.gl/ksFOSF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

50 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54-55.

51 Basicamente, cissexismo é a desconsideração da existência de pessoas trans na sociedade. Aparece frequentemente em discursos que excluem direta ou indiretamente pessoas trans, ou que assumem o ideal das corporalidades cisgêneras como regra. É cissexista, por exemplo, quando presumimos que todas as mulheres possuem útero ou que é biologicamente impossível para um homem engravidar. Neste exemplo de cissexismo, ignoramos a uma só vez a existência de mulheres e homens trans, pessoas não-binárias, pessoas intersexo e mulheres cis que porventura tenham passado por operações cirúrgicas para remoção de útero.

52 Ao entender o patriarcado como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, incluímos os homens trans e pessoas transmasculinas na condição de opressores ou oprimidos? Este sistema de dominação binário também se estende para a diversidade dos povos indígenas, que possuem outro entendimento cultural sobre expectativas de sexo e gênero? Neste sistema patriarcal, homens brancos e negros possuem o mesmo poder político e econômico de oprimir mulheres? É possível que mulheres, nesse sistema patriarcal, ocupem status hierárquico em relação a outras mulheres? Mulheres brancas e negras ocupam o mesmo lugar neste sistema de dominação? Essas são apenas algumas questões que carecem de resposta.

53 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54

ou uma construção social, então não existe nenhuma hierarquia ontológica entre gêneros; logo, seríamos todes trans. O problema disso é que as relações de poder ainda colocam as pessoas que não se identificam com o sexo assignado ao nascer em uma posição de desvantagem social, com implicações materiais graves⁵⁴.

A cisgeneridade, de maneira semelhante à branquitude, é uma categoria suplementar que só nomeia o outro, mas não a si mesma. Se a branquitude é uma construção ideológica na qual o branco se vê e classifica os não-brancos a partir de seu próprio ponto de vista⁵⁵, a cisgeneridade, por sua vez, é uma construção ideológica na qual as pessoas cis se veem e classificam pessoas não-cis a partir de seu próprio ponto de vista⁵⁶.

Ainda que cada pessoa seja racializada e generificada na modernidade capitalista eurocêntrica, nem todas as pessoas são oprimidas ou vitimizadas com base em seu gênero ou raça⁵⁷. Interseccionar as nossas categorias de análise, assim, permite que enxerguemos as pessoas que são vitimizadas por uma combinação específica de diferentes opressões. Permite que enxerguemos, por exemplo, as opressões que incidem em particular sobre as pessoas trans pretas e indígenas brasileiras, na medida em que racismo e transfobia se combinam frequentemente com epistemicídio⁵⁸.

Ao utilizar cis como categoria de análise, não pretendo apenas legitimar o acesso de pessoas trans e gênero-diversas às categorias de dignidade, humanidade e direitos humanos, estendida historicamente a pequenas parcelas da população. Mais do que isso, gostaria de evidenciar e reconfigurar as próprias estruturas de produção dessas categorias, atentando para o modo como a branquitude, cisgeneridade e heterossexualidade as atravessam.

2. DESMANTELANDO PRESSUPOSTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA TRANS

Considerando as dificuldades metodológicas de se pesquisar sobre um tema cujos contornos não são bem delimitados, gostaria de contestar alguns pressupostos muito comuns, seja no meio acadêmico ou fora dele, quando nos propomos a estudar sobre transgeneridade de uma perspectiva histórica.

54 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.55

55 SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), Branquitude, identidade branca e multiculturalismo (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.312- 313

56 Agradeço à intelectual indígena Geni Daniela Núñez Longhini pelas constantes reflexões sobre interseccionalidade entre cisgeneridade e branquitude que publica em suas redes sociais.

57 LUGONEZ, Maria. Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System. In: Hypatia, Volume 22, Number 1, Winter. 2007. p. 192-3.

58 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

Não é minha pretensão esgotar a problemática ou transmitir conhecimento como se este fosse isento de críticas, mas instigar questões e criar as possibilidades para a produção de conhecimento futuramente⁵⁹. Os pressupostos que eu gostaria de contestar são:

1 – A ideia de que a transgeneridade é um fenômeno novo, que só alcançou a atenção midiática e o entendimento do público de maneira geral com a chegada do século XXI;

2 – A visão de que a ausência de pesquisas históricas sobre transgeneridade deve-se à inexistência de fontes primárias ou secundárias sobre o assunto, ou que, se essas fontes existem, são de volume irrisório.

2.1 “NO MEU TEMPO ESSAS COISAS NÃO EXISTIAM”: SERIA A TRANSGENERIDADE UM FENÔMENO NOVO?

Não são escassos os relatos sobre as variações de gênero presentes nas culturas humanas ao longo do tempo. O conceito de “gênero”, aqui, refere-se a um sistema de organização social de diferentes tipos de corpos em categorias distintas de pessoa. Algumas culturas compreendem três ou quatro gêneros; outras atribuem o gênero ao trabalho a ser desempenhado, e não ao sexo biológico dos indivíduos⁶⁰. Isso quer dizer que, ao contrário do que pregam a crença corrente e uma parcela dos estudos feministas sobre o assunto, gênero não remete apenas à construção social feita sobre um sexo determinado; mais do que isso, gênero é uma categoria contingente que varia histórica e culturalmente, e que não guarda relação necessária ou direta com o sexo biológico do indivíduo⁶¹.

Sejam *bijira*, na Índia, *two-spirit* dos povos nativos norte-americanos, *mahu* da Polinésia ou *mujerados*, as mulheres-homens percebidas pelos colonizadores espanhóis durante a colonização da América, podemos identificar inúmeras outras possibilidades de gênero para além do binário homem/mulher ao longo da história humana.

Mas o modelo hegemônico de gênero binário, ocidental e colonial deixou a sua marca nos discursos científicos, políticos, jurídicos, midiáticos e religiosos, e costuma ser interpretado como um aspecto quase inerente da espécie humana — isto é, como um fenômeno homogêneo, atemporal, que atravessa de maneira idêntica a todas as culturas. Este modelo binário de gênero fixa os significados de homem e mulher como se eles fossem produtos de um consenso, indícios de uma universalidade categórica ou mesmo provas de uma verdade sobre a existência humana.

59 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

60 Por volta de 1576 no Brasil o português Pero de Magalhães de Gândavo atestou sobre a existência de mulheres tupinambás que seguiam o ofício e as obrigações sociais dos homens em suas tribos. Segundo o relato, essas mulheres cortavam seu cabelo da maneira masculina, iam à caça com arco e flecha, andavam em companhia dos homens e assumiam esposas para si. Ver mais em: TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.67

61 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.45. STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.11

Reside aí o desafio da pesquisa histórica: fazer explodir essa noção de fixidez e entender a natureza daquilo que faz com que a representação binária do gênero aparente ter uma permanência intertemporal⁶². Em outras palavras, é preciso que nos perguntemos: por que “homem” e “mulher” são categorias compreendidas como mais trans-históricas ou menos contingentes do que qualquer outra categoria de identidade, como “hijira”, “mujerados” ou “transgênero”?

É fundamental compreender o gênero como conceito contingente antes de entrarmos propriamente na prática de pesquisa. Isso porque a transgeneridade é um fenômeno cultural e historicamente específico e deve ser analisado como tal. Mas percebe-se, por exemplo, que mesmo em estudos acadêmicos os termos “transgênero”, “travesti” e “transexual” frequentemente são utilizados como sinônimos intercambiáveis entre si, embora cada um possua uma carga histórica particular e, no âmbito das identidades sociais, representem grupos distintos.

Isso nos leva a complicações ainda maiores quando produzimos uma pesquisa historiográfica sobre transgeneridade: Como devemos nos referir às pessoas gênero-diversas que viveram antes de o termo “transexual” ser utilizado pela primeira vez no discurso científico? A categoria “transgênero” pode incluir indivíduos de culturas não-ocidentais? Caracterizar como transgêneros os sujeitos de culturas ocidentais, porém marginalizadas — como as travestis da etnia Ticuna, habitantes da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Bolívia⁶³ — não seria uma forma de imperialismo epistemológico?

De um lado, considerando as múltiplas histórias de indivíduos que se percebiam e eram percebidos por suas sociedades como estando fora de uma conformidade de gênero, seria inapropriado limitar a história da transgeneridade às pessoas que viveram no tempo e espaço em que este conceito se tornou disponível⁶⁴. Por outro lado, também seria inapropriado assumir que pessoas “transgêneras”, como nós concebemos o termo atualmente, existiram ao longo da história. Como historiadoras/es, o melhor que podemos fazer é reconhecer a existência de pessoas que se encaixariam no que chamamos hoje de “transexual” ou “transgênero”⁶⁵.

A isso, acrescento que é preciso atentar para as formas culturalmente específicas de gênero e sexualidade, respeitando (quando houver) as nomenclaturas próprias de cada cultura para suas experiências e práticas. Verifica-se, por exemplo, que algumas pesquisas do campo antropológico de fato têm se concentrado em buscar palavras correspondentes aos termos “lésbica”, “gay” e “transgênero” em línguas locais; na ausência dessas palavras, assumem equivocadamente que essas experiências não

62 SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995), p.87.

63 O documentário “Nĩima”, em fase de produção pela cineasta Flávia Abtibol (com financiamento do Itaú Cultural Rumos) abordará questões de gênero e auto pertencimento nas aldeias entre as travestis indígenas.

64 Na autobiografia “A viagem solitária” (2011) o psicólogo e escritor brasileiro João Nery conta que transicionou na década de 1970, em plena ditadura militar. No entanto, só foi conhecer o termo “transgênero” muito mais tarde; até então, vivera sem saber exatamente como descrever sua relação corporal e existencial.

65 BEEMYN, Genny. *A Presence in the Past: A Transgender Historiography*. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013. p.113

existem por lá. Isso demonstra, dentro dos estudos de gênero, uma tendência GLBT⁶⁶ global, isto é, um movimento de classificação das formas locais de gênero e sexualidade como variações de um mesmo modelo *queer* estadunidense ou europeu⁶⁷.

Na prática, essas pesquisas estabelecem uma espécie de escala global para o progresso, tomando o modelo de liberdade europeu e estadunidense como um padrão a ser atingido por todas as minorias sexuais e de gênero em qualquer contexto nacional estudado. Como consequência, formas locais de gênero e sexualidade tendem a ser interpretadas como um fenômeno pré-moderno e pré-político, enquanto os modelos euro-estadunidenses são classificados como liberais e contemporâneos⁶⁸.

Vem daí a tendência — verificada principalmente em estudos sobre transgeneridade produzidos em países do norte global — de estabelecer uma história da transgeneridade universal, fundamentada em experiências de um passado pré-colonial utópico e romantizado. Trabalhos como os de Kate Bornstein⁶⁹ e Leslie Feinberg⁷⁰, entre outros, foram muito criticados por terem descontextualizado e se apropriado de relatos de ancestrais indígenas como forma de legitimar uma história transgênera única, quando poderiam ter situado estas dinâmicas de gênero em seus contextos culturais e históricos particulares, bem como em relações de poder específicas⁷¹.

Essa tentativa de criar uma história transgênera conjunta geralmente incorre na romantização do xamânico e do indígena como sistemas primordiais que estão fora do tempo e do espaço civilizatório. Quando acadêmicsxs escrevem sobre pessoas não-brancas como se elas vivessem no passado, ou como se o tempo presente de determinados indivíduos representasse o futuro de outros, chamamos isto de negação de coetaneidade⁷². Estes usos de temporalidade invariavelmente afastam as pessoas analisadas do tempo de quem observa, já que negamos a elas um lugar no nosso “aqui” e “agora”. Nesse caso, trata-se de um olhar colonialista que apaga particularidades de outras experiências e vocabulários culturalmente específicos.

66 Halberstam posicionou o G em primeiro lugar justamente para enfatizar a maior legitimidade que se confere às pautas “gays” em contraposição aos demais grupos da sigla.

67 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.227 - 228

68 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013, p.1-3. VALENTINE, David. *Imagining Transgender: The Ethnography of a Category*. Durham: Duke University Press, 2007, p.29–65

69 BORNSTEIN, Kate. 1994. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. New York: Routledge.

70 FEINBERG, Leslie. 1996. *Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon.

71 DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. Trans, Time, and History. In: *Transgender Studies Quarterly (TSQ)*, 2018. 5 (4): p.518-539

72 FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p.71-84

Ou seja, é necessário evitar a identificação de uma história universal trans fundamentada em uma espécie de essencialismo ancestral. Tampouco é desejável que nos apeguemos ao altericismo radical, deixando que a multiplicidade de nomes e experiências de gênero estanquem nosso processo de pesquisa. Penso ser possível identificar nesta multiplicidade de experiências de gênero os laços que conectam diferentes comunidades através do tempo, percebendo a história como múltiplas séries temporais que se sobrepõem e interseccionam⁷³.

2.2 “AS PESSOAS TRANS NÃO APARECEM NOS LIVROS DE HISTÓRIA”: COMO LIDAR COM A ESCASSEZ DE FONTES HISTÓRICAS?

De fato, a operação historiográfica reside, em primeiro lugar, na confrontação de um olhar do presente a um conjunto de discursos do passado, tomando como base a análise metódica de uma série de testemunhos e fontes documentais⁷⁴.

As experiências presentes, assim, são um catalisador da pesquisa, pois é no presente que se imbricam as demandas (e disputas) da memória e da história. Nesse sentido, historicizar as experiências humanas pode desvelar a tensão contínua que existe entre a permanência e a interrupção de processos históricos, entre o que já foi e aquilo que se espera que seja, entre o que é dito e aquilo que sequer chega a ser mencionado⁷⁵.

Historicizar a transgeneridade — e, sobretudo, utilizar a transgeneridade como chave interpretativa para abrir uma multitude de caminhos inquietantes — é, também, desestabilizar as categorias que frequentemente tomamos como naturais e pré-discursivas, analisando-as em sua contingência histórica, social e cultural.

O problema dos arquivos, fontes documentais e testemunhos é central para a historiografia. Se retomarmos a concepção oferecida por Paul Ricoeur⁷⁷ — mas inspirada em Certeau⁷⁸ —, encontraremos três fases no trabalho de historiadoras/es: 1 – a fase documental; 2 – a de explicação/compreensão; 3 – a de representação. É na fase documental que se investigam os vestígios que nos conduzem da memória à

73 FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.9

74 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.

75 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

76 BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.

77 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.169

78 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

escrita da história. E é precisamente nessa etapa que nos deparamos com os principais empecilhos ao elaborar uma pesquisa histórica sobre transgeneridade.

Com isso, não pretendo afirmar que não existem arquivos, documentos e testemunhos disponíveis para pesquisa; do contrário, as fontes históricas primárias sobre transexualidade são abundantes. Gostaria de argumentar, contudo, que a fase documental em uma pesquisa histórica sobre transgeneridade suscita problemas epistêmicos e metodológicos cuja resolução demanda criatividade e inovação. Pretendo refletir brevemente sobre essas questões para, na sequência, propor alguns caminhos alternativos que nos ajudem a contornar esses obstáculos.

Começemos pelo testemunho que, aliás, é onde tudo começa⁷⁹. Para produzir uma historiografia comprometida com as vidas de pessoas trans, é fundamental escutar e entender o que pessoas trans e gênero-diversas têm a dizer, evitando consultar apenas figuras de autoridade (psiquiatras, médicas/os, familiares) cisgêneras. Paul Feyerabend⁸⁰ já demonstrou a importância da variedade de opiniões para a produção de conhecimento, argumentando que os métodos que estimulem a variedade são os únicos compatíveis com a concepção humanitarista. Não se trata de descartar de maneira total e irrefletida todos testemunhos de pessoas cis que contradigam as narrativas trans, mas de utilizá-los para descobrir os princípios ocultos que podem ter gerado esta contradição. Nesse ponto, podemos nos inspirar no método jornalístico: uma narrativa objetiva é aquela que “ouve os dois lados da história”.

Eis aí o nosso primeiro problema, que se subdivide em uma miríade de questões:

1 – Como encontrar pessoas trans e gênero-diversas que tenham vivido tempo o suficiente para oferecer seu testemunho, tendo em vista que a taxa de mortalidade da população trans no Brasil impede a maior parte dessas pessoas — sobretudo as pessoas não-brancas e pobres — de alcançarem a terceira idade?

2 – Como evitar o extrativismo epistêmico ao utilizar em nossas pesquisas acadêmicas o conhecimento e as visões de mundo de pessoas trans sem que este gere qualquer retorno prático para suas comunidades?

3 – Considerando que nem toda pessoa trans e gênero-diversa se assume abertamente como tal e tampouco é facilmente identificável como uma pessoa que não é cis, como podemos contar com o seu testemunho sem que este viole o seu direito de manter a própria identidade em segredo?

Solucionar tais problemas teórico-metodológicos requer a abertura de caminhos alternativos para a operação historiográfica. Felizmente, com o aumento de visibilidade da comunidade trans no debate

79 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.182

80 FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Unesp. 2007

público a partir dos anos 1990 e a conquista (ainda que frágil) de alguns direitos sociais⁸¹ no século XXI, pessoas trans e gênero-diversas têm encontrado mais espaço para contar histórias a partir de suas próprias perspectivas. Isso vem acontecendo principalmente através de escritas de si, como diários, rimas orais e autobiografias.

Embora esse tipo de fonte documental já tenha sido muito utilizado por historiadoras/es no passado, apenas recentemente é que as escritas de si passaram a ser consideradas como fontes privilegiadas, com metodologias de análise e pesquisa específicas. Segundo Ângela de Castro Gomes, foram as transformações nas práticas arquivísticas — com a constituição de centros de pesquisa e documentação — e nas práticas historiográficas que proporcionaram maior atenção a este novo espaço de investigação: o espaço privado⁸².

As escritas de si são as práticas de produção de si relacionadas com o privado. Elas ocorrem através da escrita de diários e autobiografias e também do armazenamento de objetos pessoais sem qualquer valor excepcional (como fotografias e cartões-postais). É por meio das escritas de si que os indivíduos conferem significados especiais ao mundo que os rodeia, materializando a sua história e a história dos grupos aos quais pertencem. Dessa forma, a escrita de si também permite que uma pessoa constitua uma identidade própria através de seus documentos⁸³.

Não por coincidência, as autobiografias foram um recurso bastante utilizado por pessoas trans que quiseram protagonizar suas narrativas sobre experiências pessoais como transição de gênero, mudança de nome e terapia hormonal⁸⁴. Para aquelas pessoas que sabem ler e escrever, ou que têm condições de traduzir suas experiências para outras mídias, as escritas de si permitem um domínio simbólico da própria narrativa e do tempo. O que faz das escritas de si um objeto de análise particularmente interessante para historiadoras/es é que elas conseguem evidenciar as inconsistências, fragmentações e múltiplas temporalidades na trajetória de um indivíduo, em vez supor a existência de um “eu” coerente.

A narrativa em primeira pessoa, portanto, tem o poder de aproximar e mobilizar a sinceridade como valor de verdade, mas não pode ser tratada metodologicamente como uma forma naturalizada e espontânea de expressão⁸⁵. Por outro lado, as escritas trans de si podem evidenciar, na história, experiências alternativas de tempo e espaço, além de revelar outros modos de vida possíveis para além da norma cis-binária de gênero.

81 Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas transgêneras podem alterar nome no registro civil sem cirurgia de mudança de sexo no Brasil.

82 GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.10.

83 *ibidem*, p.11.

84 Um exemplo é “A viagem solitária” (2011), autobiografia de João W. Nery, até então conhecido como o primeiro homem trans a transicionar no Brasil, durante a ditadura militar. Também temos “A queda para o alto” (2007), prefaciado por Eduardo Matarazzo Suplicy, em que Anderson Herzer conta as suas experiências como um homem trans em sua passagem pela FEBEM.

85 GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.22.

Contudo, na dificuldade de encontrar uma variedade de relatos pessoais, é provável que nos sintamos tentados a buscar essa complementaridade de pontos de vista em dados estatísticos e objetivos. Vem daí o nosso segundo problema: atualmente existe um déficit de pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos e registros de qualidade sobre a comunidade trans na América Latina e principalmente no Brasil. Isso é ainda mais válido se considerarmos as pessoas transmasculinas e não-binárias, tendo em vista que as pesquisas existentes tendem a focar nas experiências de mulheres trans e travestis. De maneira geral, se estas pesquisas existem, são realizadas por ONGs e/ou iniciativas autônomas, mas não estatais.

A ausência de dados e, acima de tudo, a ausência de mecanismos e critérios de credibilidade para obtê-los, ajuda a fomentar um ciclo em que: a) não existem pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos de qualidade sobre pessoas trans, mas principalmente sobre homens trans e pessoas não-binárias; b) a ausência dessas pesquisas é tida como uma justificativa de que essa população não possui problemas específicos que mereçam o foco de pesquisas⁸⁶.

Por fim, ao nos dedicarmos à análise das fontes históricas primárias, encontraremos um terceiro problema. Já vimos que a palavra “transgênero” foi proposta ao final da década de 1980 e que o termo “transexual” foi popularizado na década de 1950; antes disso, entretanto, os fenômenos como homossexualidade, bissexualidade, intersexualidade e transgeneridade eram muitas vezes analisados simultaneamente a partir de um mesmo conceito. Ao final do século XIX e no início do século XX, quando a homossexualidade passou a ser objeto de estudo de pesquisadores como Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld e Henry Havelock Ellis, muitos dos indivíduos considerados homossexuais se enquadrariam no grupo que hoje entendemos como trans.

Um exemplo disso é a figura do hermafrodita psíquico, que deu origem à categoria dos perversos sexuais no século XIX⁸⁷. O hermafrodita psíquico era entendido como alguém que possuía as características mentais atribuídas ao “outro sexo”, mas não necessariamente apresentava indistinção sexual verificável no corpo. É semelhante à figura do invertido sexual, que se supunha possuir dentro de si uma alma “do outro sexo”. Nos dois casos, era esta condição mais “interna” do que “externa” ao sujeito que explicava, sob o olhar da ciência da época, uma performatividade de gênero diferente do que se concebia como normal para uma pessoa. Se observarmos esses conceitos com os olhos do presente, é possível que vejamos neles as raízes do que hoje se entende como homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade, embora estes sejam fenômenos muito diferentes entre si.

86 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.46

87 LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Convenientemente esta indistinção inicial de conceitos pode se converter em uma vantagem no processo de levantamento de fontes históricas. Isso em razão de que, apesar de não haver uma tradição consolidada de estudos históricos sobre transgeneridade no Brasil, há um corpus considerável de pesquisas sobre a história da homossexualidade. É possível citar de passagem as contribuições de Luiz Mott⁸⁸, James Green⁸⁹ e João Silvério Trevisan⁹⁰, por exemplo.

E, via de regra, as fontes utilizadas para analisar a história da homossexualidade têm muito a nos dizer sobre a história da transgeneridade. Elas ajudam a evidenciar o contexto histórico, político e social que fomentou a diferenciação entre homossexuais, bissexuais, intersexos e trans a partir da figura do hermafrodita, do hermafrodita psíquico e do invertido sexual. Elas ajudam a entender o momento histórico em que o conceito de orientação sexual foi apartado da identidade de gênero e passou a ser entendido como um efeito direto dessa mesma identidade (sob uma ótica heteronormativa). Elas ajudam a visualizar a importância que o saber médico teve na emergência dos saberes sobre a sexualidade e as identidades de gênero em nossa sociedade. Ajudam, ainda, a entender as reconfigurações discursivas que sustentaram o fato de a homossexualidade ter deixado de ser enquadrada como uma patologia pela OMS em 1990, o que só ocorreu com a transexualidade 29 anos depois.

Penso, como Revel, que as transformações que presenciamos atualmente no mundo social só existem pela ação de sujeitos que, na lógica de seus contextos peculiares, esforçam-se para garantir para si um lugar, seja isoladamente e/ou com uma comunidade⁹¹. É papel de historiadoras/es identificar esses lugares, elucidando a historicidade dos processos de exclusão e evidenciando que tipo de experiências esses processos têm silenciado.

Evidentemente nem o conjunto de pesquisas sobre homossexualidade nem as escritas trans darão conta da tarefa de historicizar nossas categorias de análise. Antes, é preciso que nos perguntemos mais a fundo onde buscamos nossas fontes: existe um arquivo característico do biopoder? Existem formas de arquivamento próprias ao momento da produção de diferença entre os sexos dentro da sociedade euro-estadunidense capitalista moderna? Se existe um arquivo do biopoder, qual é o seu formato e a sua natureza?

Se não podemos dispor na totalidade dos arquivos do Estado, das estatísticas, da imprensa e dos relatórios de políticas públicas, devemos rumar na direção dos arquivos menores. Estes, para Philippe

88 MOTT, Luiz Roberto de Barros. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

89 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

90 TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

91 REVEL, Jacques. "Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010), p.444.

Artiéres, são aqueles que constituem frequentemente o fundo das caixas, que são postos à parte e retirados da análise porque são considerados como arquivos de interesse limitado⁹².

Talvez, de maneira semelhante às historiadoras/es das técnicas de modificação corporal, tenhamos que voltar nossos olhares para os arquivos do corpo e para as imbricações das modificações corporais nas performances de gênero. Talvez, como Michel Foucault⁹³, possamos buscar essas referências nos discursos da medicina grega ou ainda, como Gayle Rubin⁹⁴, busquemos nossas bases na contracultura e na cultura popular. Quem sabe, como Eduardo Galeano⁹⁵, não possamos procurar nas pichações de paredes, muros e banheiros o que o povo anda dizendo. Busquemos em poemas, autobiografias, filmes, música, arte. Busquemos aquilo que se diz em toda parte, pois é aí que encontraremos o arquivo do biopoder: na vida dinâmica em sua potência transformadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transgeneridade foi discursivamente construída como um fenômeno nascente, que só agora recebe a atenção das publicações científicas e dos meios de comunicação, jamais podendo habitar o passado histórico. Esta interdição do tempo presente às pessoas trans consiste em uma negação de coetaneidade, isto é, a atribuição de um tempo diferente a essas comunidades, tomando como referência o tempo cisgênero heteronormativo branco. Esses apagamentos, silenciamentos e esquecimentos configuram processos de exclusão e marginalização macroestruturais, que atravessam a história e a memória de uma comunidade inteira.

Busquei demonstrar que, ao contrário do que se costuma pressupor, há uma abundância de fontes primárias e secundárias sobre a transgeneridade, visto que muito se produziu sobre esta temática a partir de meados do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, tendo em vista 1 - a atualidade do uso de transgênero como categoria de análise na historiografia, 2 - a polissemia do termo “transgênero”, 3 - a baixa expectativa de vida da comunidade trans no Brasil, que dificulta o acesso a testemunhos pessoais, 4 - e a ausência de dados estatísticos de qualidade sobre essa população, entre outros problemas, produzir uma historiografia comprometida eticamente com as vidas das pessoas trans requer criatividade e inovação nos métodos de pesquisa.

Por fim, aponte algumas soluções que considero viáveis para contornar estes problemas teórico-metodológicos, como a reinterpretção do corpus de pesquisas sobre a história da homossexualidade, o

92 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194

93 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999

94 RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1

95 GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2015.

uso das escritas transgêneras de si como fontes históricas e o reconhecimento dos arquivos menores, arquivos do corpo, e de sua importância para o estudo das performatividades de gênero.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. Selfcare as warfare. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.
- ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987. p. 80
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.
- BAGAGLI, Bia. 2014. O que é cisgênero? Disponível em 'Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*': Disponível em: <goo.gl/ksF0SF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.
- BEE MYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. LOURO, G. L. *Pedagogia da Sexualidade*. In: Louro, G. L. *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009
- BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- BORNSTEIN, Kate. 1994. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. New York: Routledge.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58
- CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.
- CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. Trans, Time, and History. In: *Transgender Studies Quarterly (TSQ)*, 2018. 5 (4): p.518-539
- ELLIS, Havelock. *L'inversion sexuelle*. Mercure de France, 1909.
- FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- FEINBERG, Leslie. 1996. *Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2007
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)
- FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.
- JESUS, Jaqueline. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.
- _____. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.
- KRAFFT-EBING, Richard Von. *Psychopathia Sexualis*. Paris. G. Carré, 1895.
- LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70
- LAZZARATO, Maurizio. *Del biopoder a la biopolítica*. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

- LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LUGONEZ, Maria. Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. In: *Hypatia*, Volume 22, Number 1, Winter. 2007.
- MOMBACA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26.
- PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017.
- PROSSER, Jay. “Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex” in: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. Pp. 257-281. New York: Routledge. 2006.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.
- RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.
- REVEL, Jacques. "Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010).
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.
- RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?sequence=1
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995).
- STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006.
- STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013.
- TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.